

Benfica representa Juiz de Fora na I Copa do Brasil

Juiz de Fora foi a única cidade do interior mineiro a participar da I Copa do Brasil de Futebol Feminino. A CBF, organizadora do torneio, convidou o Esporte Clube Benfica atendendo ao pedido do deputado Júlio Delgado, que demonstrou que o clube de Juiz de Fora já contava com um departamento de futebol feminino e um time em atividade.

Apaixonado pelo esporte, Júlio não mediu esforços para garantir ao Benfica condições de disputar com sucesso o

campeonato nacional. Um convênio com o CEPE de Duque de Caxias, tricampeão carioca da categoria, formou um time para lutar pelo título inédito. "Antes do final do campeonato, posso dizer que cumprimos um excelente papel. Os jogos no Estádio Municipal atraíram um grande público e, sem dúvida, o Benfica vai ampliar seu trabalho, fortalecendo o futebol feminino em nossa cidade. Era esse nosso principal objetivo", afirma Júlio.



Jornal Nosso Voto - Órgão Informativo do Gabinete do Deputado Federal Júlio Delgado, dezembro de 2007 - Ano V - nº 14
Expediente: Jornalista Responsável: Paulo César Marques / Repórter: Raquel Machado / Contato: e-mail: pmarquess@gmail.com

REMETENTE:
Rua Delfim Moreira, 53
Centro - Cep 36010-570
Juiz de Fora - MG



IMPRESSO
ESPECIAL
9912170931/2007-DR/BSB
CÂMARA DOS
DEPUTADOS
CORREIOS

Você Vota. A Gente Faz.

NOSSO VOTO

www.juliodelgado.com.br

Um novo amanhecer

Chegamos ao fim de mais um ano em que travamos importantes embates no campo político, sempre com a consciência limpa de que trabalhamos para honrar a sua confiança.

Procuramos estar sempre presentes nas grandes discussões nacionais, sem nunca nos omitirmos ou deixarmos de agir com a independência necessária, fruto do nosso respeito a cada um dos que nos colocaram como seu representante em Brasília.



Tivemos atuação de destaque na Comissão de Defesa do Consumidor, onde nasceram projetos e resoluções que vão influir positivamente no dia-a-dia do cidadão brasileiro. E não deixamos nunca de manter contato com as nossas bases, seja através do nosso Escritório Político, seja com a nossa presença nos municípios que representamos.

Lutamos muito para liberar recursos federais, buscando atender demandas justas de nossos companheiros. Tivemos êxito, e muitos projetos importantes estão sendo viabilizados. Para o orçamento de 2008, nossa postura continua a mesma: elaborar emendas que sejam resultado do desejo dos municípios e instituições, sem maracutaías ou arranjos espúrios.

Como agente político, nossa atuação presente deve estar sempre pautada em projetos futuros. Em 2007, essa máxima ficou ainda mais evidenciada. Juiz de Fora já está de olho nas eleições municipais. Isso acontece porque a população não está

satisfeita com a atual administração e quer mudança. E quanto maior a insatisfação, mais cedo o processo eleitoral ganha em importância.

Como um novo ano que se apresenta, 2008 pode representar um momento especial para nossa cidade. É latente o sentimento coletivo de que Juiz de Fora precisa sair da mesmice, ter alternativas novas, modernas. Sem aventuras ou pára-quadistas que se impõem como salvadores da pátria. O momento é de oxigenar o sistema político e apresentar um modelo mais avançado de gestão pública.

Não vamos renegar a história e a relevância de cada administração na construção dessa cidade. Boa para se viver, estudar e trabalhar. Mas todos nós queremos mais. Que o amanhecer de um novo ano nos leve a refletir sobre um novo amanhecer para nossa cidade.

Feliz Natal. Feliz 2008. Que Deus nos abençoe a todos.

Júlio Delgado
Deputado Federal

O melhor
Deputado Federal
de Minas e um dos
30 melhores
do país



Júlio Delgado foi considerado o melhor deputado federal de Minas Gerais e o único mineiro a figurar entre os 30 melhores deputados da Câmara Federal. A eleição foi promovida pelo site Congresso em Foco, que ouviu 188 jornalistas, entre repórteres, editores, produtores de TV, colunistas, chefes de redação, jornalistas de rádio, dos grandes jornais e revistas do país, da mídia regional, de órgãos de comunicação públicos e de uma agência internacional de notícias (a Reuters, maior empresa do mundo nessa área).



Júlio atua na Câmara para fazer v

Ao longo deste ano, Júlio deu grande ênfase aos trabalhos na Comissão de Defesa do Consumidor para não interferir positivamente no vida de cada brasileiro. E foi isso que aconteceu

NOVAS REGRAS PARA A TELEFONIA FIXA

Obriga as operadoras de telefonia fixa informarem aos consumidores o crédito disponível para o período contratado. “Em serviços públicos essenciais, como energia elétrica e água, o consumidor pode facilmente consultar seu relógio de luz ou seu hidrômetro para controlar o dispêndio dia-a-dia”, explica Júlio.

Ele propõe algumas ferramentas para tornar esse controle uma realidade na telefonia. Uma forma seria a utilização do próprio sistema, que efetuará uma ligação automática informando o consumidor sobre sua franquia. Outra, o envio de uma mensagem curta de texto - SMS - via celular ou para um correio eletrônico cadastrado. “Todas essas sugestões são completamente viáveis e podem ser postas em prática a um custo bastante baixo”, garante Júlio.

CÓDIGO NACIONAL DOS USUÁRIOS DA SAÚDE

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou, por unanimidade, parecer do deputado Júlio Delgado pela aprovação do Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde, ampliando os direitos básicos dos pacientes. “A matéria explicita, por exemplo, que a gestante esteja acompanhada por pessoa da sua escolha durante o parto e também que as mães acompanhem integralmente os filhos internados. Sabemos que algumas clínicas e hospitais já adotam esta postura, mas com a lei fica claro que esta não é uma concessão e sim um direito dos pacientes”, ressalta Júlio. O paciente pode ainda se manifestar, por escrito, no sentido de não aceitar tratamentos dolorosos, recusar uso de aparelhos para o prolongamento de sua vida, ter acesso integral ao seu prontuário médico, além de escolher o local de óbito.

MANUTENÇÃO DE 500 MIL POSTOS DE TRABALHO

Resultado da atuação incisiva de Júlio Delgado, a Comissão de Defesa do Consumidor rejeitou o Projeto de Lei que transferia o recolhimento e reembolso de embalagens de vidro, plástico, longa vida e latas de alumínio para as empresas, acabando com a atividade de catadores de papel e material reciclável. “Os trabalhadores que vivem da reciclagem são, em geral, excluídos da sociedade. Com esta atividade, surge a partir da criatividade do brasileiro de superar as adversidades, famílias inteiras têm seu sustento garantido. Além disso, para ingressar no ramo não é exigido currículo, diploma, experiência de trabalho ou especialização”, sustenta Júlio.

Apesar de não ser regulamentado, esse mercado gera mais de 500 mil postos de trabalho. Com o ressurgimento das cooperativas de coleta seletiva os catadores se organizaram, conquistando melhores condições de trabalho, de resgate da dignidade e de inserção social. Cada cooperativa consegue empregar em média 30 pessoas com rendimento mensal de R\$ 400 a R\$ 500. “Não há geração de posto de trabalho urbano mais barato, levando-se em conta que uma cooperativa raramente demite seus afiliados”.

CD-ROM'S NO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Mais uma idéia recebida de um cidadão foi transformada por Júlio em proposta para o Ministério da Educação. Ele sugere a inclusão de CD-ROM's no Programa Nacional do Livro Didático para tornar o ensino mais agradável e interativo. A utilização do CD-ROM reduz custos, uma vez que o seu conteúdo pode ser lido, mas não alterado ou rasurado. O projeto também obriga as escolas de educação básica criarem um guarda-volumes para os alunos, evitando que as crianças carreguem mochilas pesadas, que causam problemas físicos de postura e má formação óssea.

JÚLIO LIDERA DEBATE SOBRE CALL CENTERS

“Precisamos discutir a regulamentação deste setor que atualmente emprega mais de 600 mil pessoas. Hoje, o consumidor está refém dessas empresas, sem saber onde buscar seus direitos no caso de insatisfação com o serviço”, denuncia o deputado Júlio Delgado, responsável pela criação do grupo de trabalho que estuda o assunto na Comissão de Defesa do Consumidor.

A maior reclamação refere-se à qualidade do tele atendimento nas empresas. Além de ser transferido para diversos setores quando busca algum tipo de informação ou serviço, o consumidor na maioria das vezes não tem seu problema realmente resolvido. “Estamos analisando iniciativas legislativas que contribuam para melhorar a prestação dos serviços. Temos conhecimento de que a telefonia concentra o maior número de reclamações, mas ela não é o único setor a merecer nossa atenção. Hoje, o usuário é obrigado a falar com tele-atendentes para resolver qualquer tipo de problema, do abastecimento de água, passando pela energia, até planos de saúde”.

CONVERSOR PARA A TV DIGITAL

Em audiência na Comissão de Defesa do Consumidor, Júlio Delgado contestou a afirmação do Ministro das Comunicações de que o conversor para a TV Digital terá preço acessível à população, cotado em torno de R\$ 200. “Os fabricantes garantiram que o valor de mercado não será menor que R\$ 500. Isso inviabiliza a aquisição pelas pessoas de baixa renda, ou seja, a TV Digital no Brasil não será para todos. Isso é um absurdo. Teremos que importar o conversor da China porque o governo não planejou investir na indústria nacional para garantir um preço mais baixo ao consumidor brasileiro”, afirmou Júlio.

INDÚSTRIA DO EMPRÉSTIMO

Aproveitando sugestão de um eleitor, Júlio apresentou um Projeto de Lei que proíbe as instituições financeiras ou de crédito ofertarem ou contratarem empréstimos em domicílios. Propagandas, tanto nas ruas como nos programas de televisão, prometem uma série de facilidades para os interessados em empréstimo. Ao fechar o negócio, o consumidor se envolve numa teia de dívidas. “Queremos coibir essa prática abusiva que só traz endividamento e empobrecimento para nossa sociedade, em especial aos aposentados”.

Valor os direitos dos consumidores

a do Consumidor, por acreditar que sua atuação parlamentar nessa área poderia seu. Veja abaixo um pouco do trabalho de Júlio na defesa do consumidor.



JÚLIO PROMOVE AUDIÊNCIA PARA DEBATER ADULTERAÇÃO DO LEITE

Audiência pública proposta por Júlio foi o pontapé inicial na investigação, na Comissão de Defesa do Consumidor, das cooperativas acusadas de adulterar o leite longa vida.

“Inauguramos um debate sobre questões importantes que estão preocupando os consumidores, como a qualidade dos produtos derivados do leite e também denúncias de que algumas marcas estariam vendendo produtos com o teor de proteína abaixo do permitido”, ressalta Júlio.

Sua preocupação é não permitir que seja gerado nos consumidores um sentimento de medo e desconfiança. “Os órgãos fisca-

lizadores do governo precisam esclarecer o que realmente estão fazendo e até onde podemos confiar nos produtos que estão liberados para consumo nas prateleiras dos supermercados e padarias”. Júlio assumiu a defesa dos pequenos e médios produtores rurais, que sustentam suas famílias com a venda desses produtos. “O produtor não tem interesse nenhum em prejudicar seu ganha pão. Ele não alimenta suas vacas com água oxigenada nem com soda cáustica e muito menos comercializa queijo com data de validade vencida. Essas são atitudes típicas de grandes empresas que querem aumentar seus lucros a qualquer custo”.

DEFESA DOS IDOSOS

Júlio está exigindo que a Caixa Econômica Federal cumpra o Estatuto do Idoso e respeite a Constituição. Numa atitude discriminatória, o banco limitou o acesso ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR) a pessoas com até 64 anos. A Caixa alega que as seguradoras só cobrem o risco de contratos assinados por clientes de até 80 anos. Como no PAR os financiamentos são de 15 anos, o banco tomou esta decisão ilegal. “Não vamos permitir que este abuso continue, ainda mais em um programa criado para beneficiar a população de baixa renda”.

PLANOS DE SAÚDE

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou por unanimidade parecer de Júlio determinando que os planos de saúde enviem correspondência a seus segurados informando sobre clínicas e hospitais conveniados. “Sabemos que essa atualização é feita através dos seus sites na internet, no entanto, 25 milhões de usuários no Brasil não têm acesso regular à rede mundial de computadores”.

O projeto obriga as empresas a enviar aos seus segurados, com antecedência de 30 dias, a relação dos profissionais e estabelecimentos médicos que deixarão o convênio. Outra determinação é que seja encaminhada, também pelo correio, a cada três meses, uma tabela atualizada com todos os hospitais, clínicas e profissionais à disposição do usuário.

DIMINUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Um novo Projeto de Lei beneficia os laboratórios de análises clínicas, equiparando o mecanismo de pagamento dos impostos ao praticado pelas prestadoras de serviços hospitalares. A diferença existente hoje eleva em até quatro vezes o montante pago em tributos, o que é automaticamente refletido no preço desses serviços.

Em suas pesquisas para elaborar o Projeto, Júlio constatou que várias decisões de tribunais de justiça são favoráveis à equiparação. No entanto, a falha na redação da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que institui o coeficiente de 8% do faturamento para calcular o lucro presumido das prestadoras de serviços hospitalares, como exceção à regra geral das empresas do setor de serviços, para as quais se fixou o coeficiente de 32%, dá margem à interpretação restritiva pela Administração Tributária. “O nosso objetivo é justamente corrigir essa lacuna, explicitando, na redação da lei, a inclusão dos laboratórios de auxílio diagnóstico entre as empresas favorecidas pelo coeficiente menor, em face de sua relevância para a qualidade do atendimento à saúde no Brasil”.

JÚLIO CONSEGUE BARRAR LOBBY DOS CARTÓRIOS

Com uma defesa consistente e bem fundamentada, Júlio derrubou o Projeto de Lei que obrigaria os compradores de carros financiados a registrar os contratos em cartório. A Comissão de Defesa do Consumidor, apesar do forte lobby dos cartórios em favor da sua aprovação, acompanhou o parecer de Júlio e arquivou o projeto que prejudicaria milhões de consumidores. “Por ano, são vendidos cerca de três milhões de carros zero quilômetros. Como o valor do registro nos cartórios seria de aproximadamente R\$ 200, a conta de R\$ 6 milhões ficaria mais uma vez nos ombros do consumidor”.

FABRICANTES DE CARROS TERÃO QUE GARANTIR REPOSIÇÃO DE PEÇAS POR 10 ANOS

Substituto do deputado Júlio Delgado aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor garante aos compradores de carros comercializados no país, sejam de fabricação nacional ou não, a reposição de peças pelo período de 10 anos, evitando que sejam desvalorizados por falta de peças originais para manutenção. A proposta é uma alternativa ao projeto que obrigava os fabricantes a manterem os modelos de veículos no mercado pelo prazo de 10 anos. “Evitamos, assim, uma interferência indevida na auto-regulamentação do mercado, que poderia dificultar as inovações tecnológicas e trazer prejuízos aos consumidores.

CONTROLE DE QUALIDADE DOS BRINQUEDOS

A Câmara realizou, por iniciativa de Júlio, audiência pública para discutir a retirada do mercado de brinquedos que apresentam riscos à saúde das crianças. O deputado questionou os representantes da Mattel sobre as diferenças de procedimentos do recall nos Estados Unidos e no Brasil. “Não aceitamos que o consumidor brasileiro seja tratado com menos respeito. Infelizmente, somos mais rigorosos com os produtos fabricados no Brasil do que com os que vêm de fora”. Júlio cobrou maior rigor do Inmetro, que conferiu selo de qualidade a esses produtos. Na sua opinião, o Instituto foi negligente ao realizar a aferição anualmente, o que possibilita a fiscalização do mesmo lote já aprovado. Após a polêmica com a Mattel, o Inmetro mudou a metodologia. Agora, o índice vai ser estabelecido por lote, o que vai dar mais confiabilidade ao processo.



O deputado Júlio Delgado conseguiu articular junto a um grupo de parlamentares a destinação de **R\$ 5,3 milhões** para a Universidade Federal de Juiz de Fora, a serem aplicados na implantação de um Jardim Botânico na Mata do Krambeck. Esse é o anseio da sociedade de Juiz de Fora, que deseja preservar a maior área remanescente de Mata Atlântica em perímetro urbano do mundo. Ao se reunir em agosto com ambientalistas, representantes da OAB, faculdades de Biologia e Engenharia e investidores que adquiriram o

Sítio Malícia, parte integrante da Mata, Júlio assumiu o compromisso de buscar soluções para esse problema ambiental. “Vamos lutar pela preservação da Mata do Krambeck para as próximas gerações, respeitando o direito de propriedade e ressarcindo os investimentos realizados pelos empreendedores”, garantiu à época. E, agora, o primeiro passo já foi dado, garantindo no Orçamento do próximo ano recursos suficientes para a UFJF iniciar a concretização do sonho de dotar a cidade de um Jardim Botânico num dos locais mais bonitos do país.

Veja a lista de parlamentares que se juntaram ao Júlio neste projeto:

Deputado Júlio Delgado (PSB-MG)	3.500.000
Senador Wellington Salgado (PMDB-MG).....	500.000
Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).....	500.000
Deputado Mário Heringer (PDT-MG).....	200.000
Deputado George Hilton (PP-MG).....	200.000
Deputado José Fernando (PV-MG).....	100.000
Deputado Fábio Ramalho (PV-MG).....	100.000
Deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG).....	100.000
Deputado Ciro Pedrosa (PV-MG).....	100.000

RECURSOS PARA JUIZ DE FORA E REGIÃO

A liberação de verbas federais para municípios depende da união de vários fatores, como a vontade política do governo federal, a competência das Prefeituras na elaboração dos projetos e o empenho do deputado junto aos Ministérios. Para um parlamentar como o Júlio, que atua de forma independente no Congresso, sem se curvar a práticas fisiológicas ou conchavos pouco éticos, a liberação de suas emendas pode ser mais lenta e exige mais esforço político, em contrapartida, não existe nenhum tipo de comprometimento ou ilicitude.

Seguindo o cronograma do executivo, as emen-

das parlamentares de Júlio no Orçamento de 2007 já estão sendo empenhadas em benefício de vários municípios.

Infelizmente, Juiz de Fora deixará de receber R\$ 600 mil para investimento em Saúde porque a Prefeitura não apresentou projetos. O mesmo desinteresse foi causa do cancelamento das emendas para as Prefeituras de Além Paraíba e Leopoldina.

Apesar da falta de empenho da administração municipal, Juiz de Fora ainda receberá um volume considerável de recursos, graças a uma emenda de bancada articulada por Júlio, no valor de R\$ 9 milhões, para o Hospital da UFJF.

ORÇAMENTO 2008

Juiz de Fora	UFJF	3.500.000
	Maternidade Therezinha de Jesus	350.000
	Museu Mariano Procópio	200.000
	MGM contra a Homofobia	150.000
Além Paraíba	Hospital São Salvador	100.000
Cataguases	Santa Casa	100.000
Visc. do Rio Branco	Assoc. Beneficente São João Batista	150.000
São Gonçalo Sapucaí	Patrulha Agrícola	250.000
Estrela D'Alva	Educação Básica	300.000
Rio Pomba	Patrulha Mecanizada	750.000
Jacutinga	Asilo São Vicente de Paulo	100.000
Coronel Pacheco	Usina de Reciclagem e Estação de Tratamento de Esgoto	150.000
São Gotardo	Unidade de Saúde	200.000
São João Del-Rei	Universidade Federal	150.000
União Nacional dos Estudantes - UNE		100.000

ORÇAMENTO 2007

Cataguases	Saúde	100.000 ✓
Visc. do Rio Branco	Associação Beneficente São João Batista	300.000 ✓
São Gonçalo Sapucaí	Construção do Parque de Exposições	900.000 ✓
Estrela D'Alva	Saúde	100.000 ✓
	Esportes	300.000 ✓
Rio Pomba	Hospital São Vicente de Paulo	300.000 ✓
	Unidade de Saúde	100.000 ✓
	Aquisição de Equip. Saúde	300.000 ✓
São Gotardo	Infra-estrutura Urbana	100.000 ✓
Liberdade	Patrulha Mecanizada	100.000 ✓
Chácara	Patrulha Mecanizada	100.000 ✓
Rio Preto	Infra-estrutura Urbana	150.000 ✓
Santana do Deserto	Infra-estrutura Urbana	100.000 ✓
Lima Duarte	Infra-estrutura Urbana	100.000 ✓
Santa Bárbara do Monte Verde	Infra-estrutura Urbana	100.000 ✓